



GT 48. Família, gênero e sexualidades: cultura, conflito e transformação política

Coordenador(es):

Marcelo Tavares Nactivity (UFC - Universidade Federal do Ceará)

Leandro de Oliveira (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

Este GT tematiza relações familiares entre pessoas LGBT, contemplando conexões com a “família de origem” e a formação de novas famílias, incluindo marcadores como geração, classe, soropositividade, gênero, origem, raça e religião. Contemplando temas como o casamento igualitário, conjugalidades e parentalidades, o GT coloca em foco nexos entre convenções culturais, ações de movimentos sociais, micropolíticas do cotidiano, discursos emocionais, interações e relações de poder em contextos plurais, de modo a discutir reconfigurações do público e do privado. Serão acolhidos estudos que abordem discursos sobre casamento igualitário; formas de regulação do gênero e da sexualidade de pessoas LGBT na esfera familiar; tensões e negociações nos grupos domésticos; formas de ajuda mútua, cuidado e manutenção de laços no cotidiano da casa ou em redes de casas; construções da “aceitação” na sociedade e na família; relações entre famílias de origem e parceiros/ companheiros de pessoas LGBT; família e gerações; família, religião e sexualidades; transformações nos significados culturais associados à noção de “família”; os usos da noção de “família” como arma política na esfera pública e na arena política; família e controvérsias sobre “ideologia de gênero”; enlances entre direitos sexuais, questões LGBT, e laicidade do Estado. O GT abarcará ainda os temas da homofobia e transfobia, incluindo situações que articulam preconceito sexual, estigma e afetos no âmbito das relações familiares.

"Eu fiquei entre a cruz e a espada": uma análise de emoções em narrativas de "aceitação" de mães de filhos transexuais

Autoria: Arthur Leonardo Costa Novo (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Neste work analiso o vocabulário cultural das emoções em narrativas de mães de pessoas trans a respeito de seus processos de "aceitação" e participação na transição de gênero de seus filhos, detendo-me sobre a forma como esses eventos são descritos e interpretados em uma linguagem que dramatiza conflitos, dilemas e escolhas pelo seu significado emocional. Deste modo, refletirei sobre o que este vocabulário revela sobre como as interlocutoras conciliam modelos tradicionais de família, gênero e sexualidade, assim como valores religiosos, com a mudança de identidade de um filho na experiência da transexualidade. Considero, para tanto, a posição social da família e a posição da interlocutora no contexto da rede familiar, assim como as negociações, concessões e conflitos que se seguem ao momento da "descoberta" ou "revelação" não somente entre mães e filhos, mas entre mães e demais familiares. Os dados resultam de 14 meses de pesquisa etnográfica realizada em João Pessoa/PB e Recife/PE para minha tese de doutorado sobre família e transexualidade, de 2018 a 2019, além de entrevistas semiestruturadas com 11 mães de homens trans e mulheres trans. As interlocutoras são mulheres heterossexuais com idades entre 40 e 55 anos, pertencentes a diferentes camadas sociais, que têm em comum o fato de terem decidido "aceitar" e por vezes participar ativamente no processo de transição de gênero do filho ou filha trans, assumindo as consequências para os seus relacionamentos com o restante da família e em outros contextos sociais e relações importantes para suas vidas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: